P. M. PIRACURUCA - PI
Folhas 37
Rúbrica

PARECER JURÍDICO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2022

Em atenção à determinação da SRA. RUANA SPINDOLA MELO TRINDADE, Secretária Municipal de Saúde do Município de Piracuruca-PI, essa Procuradoria, no uso de suas atribuições legais, recebeu os autos do processo administrativo nº 001.0006699/2022 da dispensa de licitação nº 019/2022 e previamente cuidou de avaliar sua organização formal, concluindo pelo correto trâmite entre os setores competentes da municipalidade, passando então a avaliar o mérito do interesse administrativo.

Constata-se a necessidade de aquisição de filmes digitais, para realização de exames para Raio X, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Piracuruca, estado do Piauí, para melhor atender as necessidades da população do referido município.

Uma vez que a Secretaria Municipal de Administração e Finanças conheceu da necessidade, e que o setor de contabilidade da Secretaria Municipal de Saúde atestou a viabilidade da contratação tendo em vista a existência de saldo orçamentário bastante para tal, não há nada que considerar acerca desse mister.

Sabe-se que o processo de seleção e contratação de bens, produtos e serviços à municipalidade deve obedecer aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93, e que dentre as modalidades estabelecidas por essa Lei encontram-se: "carta-convite, tomada de preços, pregão e concorrência", modalidades essas que são efetivadas com um procedimento básico objetivo-finalístico inarredável, de duração média de alguns dias.

No entanto, para como o ora disciplinado, a própria Lei das Licitações (8.666/93) em seu artigo 24, traz as soluções mais apropriadas ao presente interesse da administração, qual seja, a contratação direta por dispensa de licitação. Assim o gestor poderá resolver os problemas mais imediatos e urgentes da municipalidade, porém não estará livre dos protocolos legais que integram o ato, pois tais formalidades visam à garantia da integridade de documentos que poderiam ser extraviados ou danificados e, também, para registrar a sequência dos atos do procedimento.

P. M. PIRACURUCA - PI
Folhas 38
Rubrica

Art. 24. É dispensável a licitação:

Omissis

***II** - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

Da dicção do artigo 24 alhures descrito, subtraem-se elementos essenciais à dispensa de aquisição: a) aquisição de filmes digitais, para realização de exames para Raio X, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Piracuruca, estado do Piauí, para melhor atender as necessidades da população do referido município; b) razão da escolha do fornecedor ou executante; c) justificativa do preço; e d) avaliação prévia feita pelo solicitante.

Por todo o exposto, essa Procuradoria opina ser cabível à satisfação dos interesses momentâneos da administração a dispensa de licitação, fundamentada no artigo 24, II da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Este é o parecer, s.m.j.

Piracuruca – PI, 01 de setembro de 2022.

Ivonalda Brito de Almeida Morais
Procuradora do Município de Piracuruca
OAB/PI 6702